



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.703/2026-D**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS CLÍNICOS E MATERIAIS DE APOIO PARA O PRONTO ATENDIMENTO PET.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

DATA E HORA DO PREGÃO: 26/06/2026 ÀS 09H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)

SESSÃO PÚBLICA: WWW.COMPRAS.GOV.BR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

TIPO DE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA, COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP E EXCLUSIVA PARA ME E EPP.

UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE - SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria de Saúde Pública, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 26 de junho de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **registro de preços para aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio para o pronto atendimento pet**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7843/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6238/2017 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6434/2018 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o registro de preços para aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio para o pronto atendimento pet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o objeto será dividido em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (**ANEXO I**).

1.3.1. A cota principal e reservada será licitada pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

1.3.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

1.3.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	ITENS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	COD. APLICAÇÃO	DESPESA
SESAP	1, 5, 7, 8, 9 e 10	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.08	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.08	01 – Própria	310.00.00	5024
	2, 3 e 4	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.99	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.09	01 – Própria	310.00.00	5024
	6	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.12	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.12	01 – Própria	310.00.00	5024

3.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 250.748,93 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos).**

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens 01, 02, 03, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, a participação é **EXCLUSIVA** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (conforme Anexo I)

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. O item **04** é destinado à **AMPLA CONCORRÊNCIA** (conforme **Anexo I**).

4.7. O item **05** é destinado à **COTA RESERVADA** para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (conforme **Anexo I**).





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9. Não poderão disputar esta licitação:

4.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.9.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.10. O impedimento de que trata o item **4.9.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.9.2 e 4.9.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.13. O disposto nos itens **4.9.2 e 4.9.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica





que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. A vedação de que trata o item **4.9.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.16. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1** e **9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:





- 5.7.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.**
- 5.10.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.
- 5.11.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.
- 5.12.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 5.13.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).
- 5.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.







6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 7.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.22.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.9** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>);

c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);





d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.5.1** e **5.6** deste edital.

8.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.6.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vício insanável;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.7.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.7.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.
- 9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 9.4.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900,





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.9.1**.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.





11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. Referida autorização de fornecimento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº. 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 15.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra; ou
 - 15.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 15.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 15.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 15.1.5.** Fraudar a licitação;
- 15.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 15.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.
- 15.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.3.1.** Advertência;
 - 15.3.2.** Multa;
 - 15.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e
 - 15.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.4.2.** As peculiaridades do caso concreto
 - 15.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.,** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





- Assinado por: JOSE ISAIAS COSTA LIMA.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pnpc.gov.br>.

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. Anexo I - Termo de Referência;

17.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais;

17.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

17.1.2. Anexo II – Declaração de parentesco;

17.1.3. Anexo III – Planilha Proposta;

17.1.4. Anexo IV – Minuta do termo de ata de registro de preços.

Praia Grande, 09 de junho de 2026.

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA
Secretário Municipal de Saúde Pública





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** Registro de preços para aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio para o pronto atendimento pet, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **"1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais"**
- 1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21;
- 1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP;
- 1.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período (art. 84, da Lei nº 14.133/21);
- 1.5.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde possui entre suas atribuições a promoção de ações voltadas à saúde pública, ao controle de zoonoses e à implementação de políticas públicas relacionadas ao bem-estar animal. Nesse contexto, encontra-se em fase de implantação e estruturação o Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, equipamento público destinado à prestação de atendimento clínico emergencial a animais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, abandono ou pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social.

O referido equipamento público encontra-se em processo de construção e organização de sua estrutura física e operacional, sendo necessária a adoção de medidas administrativas para garantir que, após a conclusão das obras, a unidade esteja devidamente equipada e apta ao início de suas atividades.

Dessa forma, torna-se imprescindível a aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio, indispensáveis para a adequada instalação e funcionamento do serviço veterinário. Tais itens são essenciais para possibilitar a realização de atendimentos clínicos, procedimentos básicos, estabilização de animais e demais atividades inerentes ao funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário.

Assim, a presente contratação tem como finalidade viabilizar a estruturação inicial do PA PET, assegurando que a unidade disponha dos equipamentos necessários para o desempenho de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento das ações municipais de saúde pública, proteção animal e controle de zoonoses.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste no registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais destinados à estruturação e funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, unidade atualmente em fase de implantação no Município. A contratação abrangerá mobiliários clínicos veterinários, equipamentos de apoio ao atendimento, equipamentos cirúrgicos, bem como materiais auxiliares necessários ao adequado funcionamento do serviço, conforme descritivos a seguir:

ITEM 1 - Aparelho de anestesia inalatória portátil e cilindro de oxigênio com válvula uso veterinário. Composto por 1 vaporizador universal 100 ml na cor âmbar, 1 filtro de cal sodada com suporte para adaptação ao móvel de anestesia com capacidade para 1000 g, sistema de cal sodada iniciado pela base inferior com suporte para balão, 1 válvula pop-off (expiratória), 1 válvula inspiratória, 1 fluxômetro com escala 0-7 l/min, 1 balão de oxigênio em silicone autoclavável de 2 litros, 1 extensão de oxigênio de 3 metros, entrada para gases frescos, 1 tubo proximal com mangueira de silicone, 1 mangueira de PVC atóxica para aspiração de 6x10x1,5 metros, 2 traqueias de silicone





autoclavável 12x1,2 metros, 1 ypsilon para circuito respiratório em polisulfona com entrada para tubo proximal, 2 conector reto 15m x bico de 7,5 mm, 2 conector reto 15 m x bico de 13 mm, 1 conector reto 15m x bico de 13mm para mangueira de PC.

ITEM 2 - Armadilha Automática para capturar animais, produzida com tela eletrossoldada peça única. Piso com disparador automático, porta frontal com travamento, porta traseira para retirada do animal, alças para transporte. Captura o animal vivo sem machucar. Medidas aproximadas: 77 centímetros de comprimento, 36 centímetros de altura e 32 centímetros de largura

ITEM 3 - Balança digital veterinário sem coluna 200kg - 60x80 - base inox. O prato onde o animal pisa, é fabricado em Inox 304, não enferruja, e, removível para facilitar a limpeza, a plataforma da balança é reforçada em aço carbono, possui pés niveladores (ajustável caso tenha desnível do piso), versátil (rápida e precisa). Produto Bivolt, pesa até 200 kg e divisão de 50 em 50 gramas, com visor integrado ou remoto. Garantia mínima de 12 meses.

ITEM 4 - Canil de Aço Inox Completo para 6 animais, com 3 módulos, sendo dois pequenos (duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 60 cm de altura, um módulo grande (com duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 80cm de altura. Acompanha bandejas de aço inox, divisórias, rodagem e telas removíveis

ITEM 5 - Foco cirúrgico de solo móvel entre 20.000 e 50.000 lux. Foco cirúrgico; móvel; montado em bulbo ativo único, entre 20.000 e 50.000 lux, base fabricada em alumínio, com rodízios e sistema de freio que mantém a cúpula na posição estabelecida; com 1 cúpula, temperatura de cor entre 3500 e 5600 k; lâmpadas de LED, com controle de intensidade luminosa, com acionamento automático do bulbo reserva na queima do principal; com filtro de radiação térmica; com movimentos da cúpula; sistema de focalização quando aplicável, manopla autoclavável; acompanhado de sistema de emergência, bateria com carregador automático, 6 bulbos reserva e 4 manoplas; alimentação: 127/220v, 60hz, bateria com autonomia de 15 minutos; inclui: manuais, garantia de 12 meses. Demais acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas.

ITEM 6 – Frigobar. Refrigerador do tipo frigobar com capacidade de 120 litros, uma porta, na cor branca, gaveta multiuso e gaveta gelo. Voltagem 110 ou 220 volts.

ITEM 7 - Lavatório em inox (pia mãos) assepsia acionamento pedal aço inox (kit completo). Lavatório de mãos cirúrgico fabricado em aço inox com acionamento via pedal, inclui um kit completo, pronto para instalação! O que inclui no Kit: - Um Lavatório de mãos em Aço Inox 201 (Altura: 83CM | Largura: 50CM | Profundidade: 50CM) - Uma torneira fabricada em Aço Inox 304 com arejador - Um acionador mecânico via Pedal mecânico que não precisa de energia elétrica - Uma válvula americana 3.1/2 - Um sifão corrugado em plástico - Mangueiras Flexíveis de entrada e saída de água - Buchas e parafusos para fixação no piso

ITEM 8 - Mesa cirúrgica veterinário inox. Mesa cirúrgica com altura regulável fabricada totalmente em aço inox com tampo e chapa em aço inox reforçada de 1mm. Vincos e furo para escoamento de líquidos acabamento interno sem deformação da chapa. Com manipulas lateral para inclinar e regular a altura. Pés em tubo quadrado de aço inox. Acompanha suporte de soro em aço inox e balde de alumínio. Medidas: 80 x 116 x 70 cm (alt x comp x lar).

ITEM 9 - Mesa atendimento veterinário, aço inoxidável, chapa inox 200, esp.0, 8mm - Mesa de Atendimento Veterinário; Inteiramente Em Aço Inoxidável de Alta Qualidade, chapa de Inox 200, espessura 0,8mm; Pés Fixos (sem Regulagem de Altura), com Estrutura tubular Em Inox, Sapatas Niveladoras Em Nylon; Apresenta Vincos de Escoamento Direcionados para o Ralo; Dimensões 1170x650x900mm; (c x l x a); Acompanha Balde de Alumínio, Suporte para Soro, Suporte para o Pet; Dobra Cnc, Corte a Laser e Solda Tig Em Argônio;

ITEM 10 - Suporte de Soro; sobre rodízios de 2"; em estrutura tubular em aço inox AISI 304 de 1" e 1,20 mm de espessura. Base revestida em mat. termplast.; dimensões: altura regulável de 150/240 cm (altura min/máx). Anel de regulagem da altura; com 4 ganchos de aço inox AISI 304 trefilado de 1/4" na extremidade superior. Garantia 5 anos;





Conforme já exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, o objeto será estruturado com julgamento por item, considerando a diversidade de equipamentos e materiais a serem adquiridos, bem como a inexistência de dependência técnica entre eles. Tal modelagem possibilita maior competitividade no certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado, além de favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando que parte dos itens poderá demandar aquisições futuras, reposições ou complementações conforme a evolução das atividades do serviço veterinário, a ampliação da capacidade de atendimento ou a necessidade de substituição de equipamentos e materiais ao longo do tempo. O Registro de Preços permite maior flexibilidade administrativa, possibilitando que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para maior eficiência administrativa, uma vez que permite a padronização dos equipamentos utilizados no serviço, facilita o planejamento das aquisições e reduz a necessidade de realização de novos processos licitatórios para itens já previstos no registro.

A modalidade Pregão, na forma eletrônica, será adotada em razão da natureza comum dos bens a serem adquiridos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme dispõe a legislação vigente. O certame observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os decretos e normativos municipais aplicáveis às contratações públicas, garantindo transparência, ampla competitividade, economicidade e eficiência na condução do processo licitatório.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para viabilizar a implantação e estruturação do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, assegurando que a unidade disponha dos equipamentos e materiais necessários para o início e continuidade de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento das ações municipais de saúde pública, bem-estar animal e controle de zoonoses.

3.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando que parte dos itens poderá demandar aquisições futuras, reposições ou complementações conforme a evolução das atividades do serviço veterinário, a ampliação da capacidade de atendimento ou a necessidade de substituição de equipamentos e materiais ao longo do tempo. O Registro de Preços permite maior flexibilidade administrativa, possibilitando que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso e promovendo melhor gestão dos recursos públicos. Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para maior eficiência administrativa, uma vez que permite a padronização dos equipamentos utilizados no serviço, facilita o planejamento das aquisições e reduz a necessidade de realização de novos processos licitatórios para itens já previstos no registro.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da exigência da amostra

4.1.1. Não será exigida apresentação de amostra / protótipo.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá garantia da contratação

4.4. Da contratação

4.4.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

4.4.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.4.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.4.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.4.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.4.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.4.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.4.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.4.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.5. Da rescisão

4.5.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. Prazo de entrega: 15 (quinze) dias corridos, em remessa única contados a partir do dia seguinte a data do recebimento da autorização de fornecimento.

a) facultativamente, desde que devidamente justificado, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

b) a Autorização de Fornecimento será, preferencialmente, enviada por meio do e-mail disponibilizado pela Fornecedora quando da assinatura do Contrato.

c) não havendo confirmação de recebimento do e-mail enviado com a Autorização de Fornecimento, a partir de 48 (quarenta e oito) horas da data de envio do mesmo, a Autorização de Fornecimento será considerada recebida para todos os fins legais.

d) a Fornecedora deve manter o e-mail disponibilizado no ato de assinatura do Contrato, para a finalidade de envio das Autorizações de Fornecimento, caso seja necessário alterá-lo o Órgão Gerenciador deverá ser comunicado imediatamente, com confirmação de recebimento.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

e) se o Órgão Gerenciador não for comunicado imediatamente da alteração do e-mail ficando impossibilitado de enviar as Autorizações de Fornecimento, será considerado como recusa de recebimento de Autorização de Fornecimento e estará sujeito a penalidades.

5.2. Endereço de entrega:

5.2.1. O objeto deverá ser entregue no local descrito na autorização de fornecimento expedida pelo Órgão Gerenciador:

Se a entrega for feita por meio de transportadoras: Rua João de Souza, s/n - Garagem da Secretaria de Saúde - Bairro Mirim - CEP: 11704-802 - Praia Grande, São Paulo.

Se a entrega for feita por meio de envio pelo Correios: Av. Pres. Kennedy, 8.850 - Bairro Mirim - CEP: 11704-900 - Praia Grande, São Paulo.

Horário de entrega: de segunda-feira à sexta-feira, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:00.

Paletização dos Produtos: os materiais, principalmente em fardos ou similares, deverão ser entregues com aplicação de filme stretch pela empresa/transportadora.

5.3. Condição de entrega: A licitante vencedora obrigará-se a entregar os produtos estritamente de acordo com as disposições constantes no edital.

5.3.1. O Órgão Gerenciador poderá recusar os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes no edital.

5.3.2. Por ocasião da entrega dos produtos a Fornecedora deverá entregar:

- a) A Nota fiscal/Fatura;
- b) O comprovante de Registro do Produto na ANVISA ou sua isenção;
- c) Garantia do produto, se for o caso.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo de 9 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo de garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

6.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117, caput).





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117, caput).

6.8.1. Consoante Art. 10 do Decreto Municipal nº 7929/2023 as atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de recebimento do pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração.

III - fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.9. Sanções e infrações administrativas:

6.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.9.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.9.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.9.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.9.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.9.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.9.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.9.1.2 a 6.9.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

6.9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.9.1.5 a 6.9.1.8", bem como nas alíneas "6.9.1.2. a 6.9.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.9.2.4. Multa:

6.9.2.4.1. Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida do primeiro ao vigésimo dia e **1% (um por cento)** do vigésimo primeiro ao trigésimo dia;

6.9.2.4.2. O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.2.4.3. Compensatória de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.9.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.9.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.9.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.9.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.9.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.9.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.9.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos





neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **50% do prazo previsto para entrega**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado

7.3.1. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais

7.4. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa licitante vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme segue:

- a) Atestado de recebimento e aprovação do material pelo Órgão Gerenciador;
- b) 1a. via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura;
- c) Fatura, no caso de Nota Fiscal;

7.4.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA/IBGE**.

Forma de pagamento

7.4.2. Ordem bancária, depósito em conta bancária etc.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.1.1. As propostas deverão conter a descrição do objeto ofertado e o valor proposto para cada item.





8.1.2. Os produtos deverão possuir registro na ANVISA ou comprovação de isenção, conforme legislação sanitária vigente.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda – Procuradoria Geral da Fazenda – Receita Federal do Brasil (Portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014).
- Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo Órgão Estadual competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
- Serão aceitas certidões positivas, com efeito, de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

Qualificação econômico-financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.3. Será exigida das cooperativas a seguinte documentação complementar:

8.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

8.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, pois em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende - na prática - a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

8.5. Forma de adjudicação: por item.

8.6. Critério de julgamento das propostas: menor preço unitário.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor global de referência estimado da aquisição é de **R\$ 250.748,93 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos da dotação orçamentária nº:

SECRETARIA	ITENS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE	COD. APLICAÇÃO	DESPESA
SESAP	1, 5, 7, 8, 9 e 10	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.08	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.08	01 – Própria	310.00.00	5024
	2, 3 e 4	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.99	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.09	01 – Própria	310.00.00	5024
	6	10.19.00/10.541.1002.2111/4.4.90.52.12	01 – Própria	110.00.00	6777
		10.07.00/10.122.1001.2377/4.4.90.52.12	01 – Própria	310.00.00	5024





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais

Ampla concorrência, cota reservada para ME/EPP e exclusiva ME/EPP							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	Aparelho de anestesia inalatória Aparelho de anestesia inalatória portátil e cilindro de oxigênio com válvula uso veterinário. composto por 1, vaporizador universal 100 ml na cor âmbar, 1 filtro de cal sodada com suporte para adaptação ao móvel de anestesia com capacidade para 1000 g, sistema de cal sodada iniciado pela base inferior com suporte para balão, 1 válvula pop-off(expiratória), 1valvula inspiratória, 1 fluxômetro com escala 0-7 l/min, 1 balão de oxigênio em silicone autoclavável de 2 litros, 1 extensão de oxigênio de 3 metros, entrada para gases frescos, 1 tubo proximal com mangueira de silicone , 1 mangueira de pvc atóxica para aspiração de 6x10x1,5 metros, 2 traqueias de silicone autoclavável 12x1,2 metros, 1 ypsilon para circuito respiratório em polisulfona com entrada para tubo proximal , 2 conector reto 15m x bico de 7,5 mm, 2 conector reto 15 m x bico de 13 mm, 1 conector reto 15m x bico de 13mm para mangueira de pc.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	616565	1	R\$ 8.222,50	R\$ 8.222,50
02	Armadilha para capturar animais Armadilha Automática para capturar animais, produzida com tela eletrossoldada peça única. Piso com disparador automático, porta frontal com travamento, porta traseira para retirada do animal, alças para transporte. Captura o animal vivo sem machucar. Medidas aproximadas: 77 centímetros de comprimento, 36 centímetro de altura e 32 centímetros de largura.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	401805	3	R\$ 291,03	R\$ 873,09



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

03	Balança digital veterinária sem coluna 200 kg – 60x80 – base inox O prato onde o animal pisa, é fabricado em Inox 304, não enferruja, e, removível para facilitar a limpeza, a plataforma da balança é reforçada em aço carbono, possui pés niveladores (ajustável caso tenha desnível do piso), versátil (rápida e precisa). Produto Bivolt, pesa até 200 kg, com coluna com divisão de 50 em 50 gramas. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	632257	2	R\$ 1.720,00	R\$ 3.440,00
04	Canil de aço inox completo Para 6 animais, com 3 módulos, sendo dois pequenos (duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 60 cm de altura, um módulo grande (com duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 80cm de altura. Acompanha bandejas de aço inox, divisórias, rodagem e telas removíveis.	Unidade	Ampla concorrência	483818	9	R\$ 12.145,67	R\$ 109.311,03
05			Cota reservada para ME/EPP		3		R\$ 36.437,01
06	Foco cirúrgico de solo móvel entre 20.000 e 50.000 lux: foco cirúrgico; móvel; montado em bulbo ativo único, entre 20.000 e 50.000 lux, base fabricada em alumínio, com rodízios e sistema de freio que mantem a cúpula na posição estabelecida; com 1 cúpula, temperatura de cor entre 3500 e 5600 k; lâmpadas de LED, com controle de intensidade luminosa, com acionamento automático do bulbo reserva na queima do principal; com filtro de radiação térmica; com movimentos da cúpula; sistema de focalização quando aplicável, manopla autoclavável; acompanhado de sistema de emergência, bateria com carregador automático, 6 bulbos reserva e 4 manoplas; alimentação: 127/220v, 60hz, bateria com autonomia de 15 minutos; inclui: manuais, garantia de 12 meses. Demais acessórios	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	482048	6	R\$ 8.260,19	R\$ 49.561,14





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas.						
07	Frigobar Refrigerador do tipo frigobar com capacidade de 120 litros, uma porta, na cor branca, gaveta multiuso e gaveta gelo. voltagem 110 ou 220 volts.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	364197	8	R\$ 1.054,74	R\$ 8.437,92
08	Lavatório em inox (pia mãos) assepsia Acionamento pedal aço inox (kit completo) - lavatório de mãos cirúrgico fabricado em aço inox com acionamento via pedal, inclui um kit completo, pronto para instalação. O kit inclui um lavatório de mãos em aço inox 201 (altura: 83cm, largura: 50cm, profundidade: 50cm), uma torneira fabricada em aço inox 304 com arejador, um acionador mecânico via pedal mecânico que não precisa de energia elétrica, uma válvula americana 3.1/2, um sifão corrugado em plástico, mangueiras flexíveis de entrada e saída de água, buchas e parafusos para fixação no piso.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	615698	2	R\$ 1.717,03	R\$ 3.434,06
09	Mesa cirúrgica veterinária inox Mesa cirúrgica com altura regulável fabricada totalmente em aço inox com tampo e chapa em aço inox reforçada de 1mm. Vincos e furo para escoamento de líquidos, acabamento interno sem deformação da chapa. Com manipulas lateral para inclinar e regular a altura. Pés em tubo quadrado de aço inox. Acompanha suporte de soro em aço inox e balde de alumínio. Medidas: 80 x 116 x 70 cm (altura x comprimento x largura).	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	356266	6	R\$ 1.703,33	R\$ 10.219,98
10	Mesa de atendimento veterinário Aço inoxidável, chapa inox 200, esp.0, 8mm, mesa de atendimento veterinário; inteiramente em aço inoxidável de alta qualidade, chapa de inox 200, espessura 0,8mm; pés fixos (sem regulagem de altura),com estrutura tubular em inox, sapatas	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	483817	6	R\$ 1.526,80	R\$ 9.160,80





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

	niveladoras em nylon; apresenta vincos de escoamento direcionados para o ralo; dimensões 1170 x 650 x 900mm; (C x L x A); acompanha balde de alumínio, suporte para soro, suporte para o pet; dobra CNC, corte a laser e solda TIG em argônio.						
11	Suporte para soro Sobre rodízios de 2"; em estrutura tubular em aço inox AISI 304 de 1" e 1,20 mm de espessura. Base revestida em material termoplástico; dimensões: altura regulável de 150/240 cm (altura min/máx.). Anel de regulação da altura; com 4 ganchos de aço inox AISI 304 trefilado de 1/4" na extremidade superior. garantia 5 anos;	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	415940	60	R\$ 194,19	R\$ 11.651,40
Valor total						R\$ 250.748,93	



2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos e Materiais para o Pronto Atendimento Veterinário – PA PET.

Requisitante: Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde.

1 - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde possui entre suas atribuições a promoção de ações voltadas à saúde pública, ao controle de zoonoses e à implementação de políticas públicas relacionadas ao bem-estar animal. Nesse contexto, encontra-se em fase de implantação e estruturação o Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, equipamento público destinado à prestação de atendimento clínico emergencial a animais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, abandono ou pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social.

O referido equipamento público encontra-se em processo de construção e organização de sua estrutura física e operacional, sendo necessária a adoção de medidas administrativas para garantir que, após a conclusão das obras, a unidade esteja devidamente equipada e apta ao início de suas atividades.

Dessa forma, torna-se imprescindível a aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio, indispensáveis para a adequada instalação e funcionamento do serviço veterinário. Tais itens são essenciais para possibilitar a realização de atendimentos clínicos, procedimentos básicos, estabilização de animais e demais atividades inerentes ao funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário.

Assim, a presente contratação tem como finalidade viabilizar a estruturação inicial do PA PET, assegurando que a unidade disponha dos equipamentos necessários para o desempenho de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento das ações municipais de saúde pública, proteção animal e controle de zoonoses.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A ausência dos presentes itens no Plano Anual de Contratações Anual – PCA 2026 justifica-se pelo fato de que referido instrumento é elaborado no exercício anterior, ocasião em que ainda não havia definição quanto ao início das obras PA PET.

Considerando que as obras da unidade foram iniciadas somente no ano de 2026, surgiu posteriormente a necessidade de aquisição dos itens constantes no presente processo, não sendo possível sua previsão quando da elaboração do PCA 2026.

Dessa forma, trata-se de demanda superveniente, diretamente relacionada à implantação e operacionalização da nova estrutura, cuja necessidade somente se consolidou após o início das intervenções e definição das demandas operacionais da unidade.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

3.1.1. As propostas deverão conter a descrição do objeto ofertado e o valor proposto para cada item.

3.1.2. Os produtos deverão possuir registro na ANVISA ou comprovação de isenção, conforme legislação sanitária vigente.

3.2. DA VALIDADE DO PRODUTO

3.2.1. Os produtos deverão ter validade de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de fornecimento dos mesmos.

3.2.2. Para produtos com validade de fabricação inicial de 12 meses ou menos, será aceito desde que restando no mínimo 70% da validade

3.3 PRAZO; LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

3.3.1 Prazo de Entrega: O prazo máximo para a entrega dos produtos, a critério do Órgão Gerenciador, é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento pela Fornecedora.

- a) facultativamente, desde que devidamente justificado, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.
- b) os produtos solicitados, por meio de autorização de fornecimento, preferencialmente por envio ao e-mail cedido para este fim.
- c) a Autorização de Fornecimento será, preferencialmente, enviada por meio do e-mail disponibilizado pela Fornecedora quando da assinatura do Contrato.
- d) não havendo confirmação de recebimento do e-mail enviado com a Autorização de Fornecimento, a partir de 48 (quarenta e oito) horas da data de envio do mesmo, a Autorização de Fornecimento será considerada recebida para todos os fins legais.
- e) a Fornecedora deve manter o e-mail disponibilizado no ato de assinatura do Contrato, para a finalidade de envio das Autorizações de Fornecimento, caso seja necessário alterá-lo o Órgão Gerenciador deverá ser comunicado imediatamente, com confirmação de recebimento.
- f) se o Órgão Gerenciador não for comunicado imediatamente da alteração do e-mail ficando impossibilitado de enviar as Autorizações de Fornecimento, será considerado como recusa de recebimento de Autorização de Fornecimento e estará sujeito a penalidades.

3.3.2. Local de Entrega: O objeto deverá ser entregue no local descrito na autorização de fornecimento expedida pelo Órgão Gerenciador:

SESAP - Avenida Presidente Kennedy, nº 8.850, Vila Mirim - CEP 11704-900 - Praia Grande, São Paulo.

3.3.3. Condição de entrega: A licitante vencedora obrigará-se a entregar os produtos estritamente de acordo com as disposições constantes no edital.

3.3.4. O Órgão Gerenciador poderá recusar os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes no edital.

3.3.5. Por ocasião da entrega dos produtos a Fornecedora deverá entregar:

- a) A Nota fiscal/Fatura;
- b) O comprovante de Registro do Produto na ANVISA ou sua isenção;
- c) Garantia do produto, se for o caso.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades dos equipamentos e materiais necessários foi realizada com base na análise do projeto arquitetônico e funcional do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, atualmente em fase de implantação, considerando a quantidade e a destinação dos ambientes que compõem a unidade.

Para tal dimensionamento, foram considerados os espaços previstos no projeto da unidade, incluindo consultórios veterinários, salas cirúrgicas, área de observação e recuperação, laboratório de apoio, área de higienização e assepsia, recepção, áreas administrativas e demais ambientes operacionais necessários ao funcionamento do serviço.

Além da estrutura física projetada, também foram analisadas as características e a natureza dos serviços a serem prestados pelo PA PET, que envolverão atendimentos clínicos emergenciais, procedimentos veterinários, estabilização de animais, realização de pequenos procedimentos cirúrgicos e atividades de apoio diagnóstico.

Dessa forma, as quantidades estimadas buscam assegurar que cada ambiente disponha dos equipamentos e materiais necessários para o adequado desenvolvimento das atividades previstas, garantindo condições adequadas de atendimento, segurança sanitária, organização operacional e qualidade dos serviços prestados à população.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Ressalta-se que o dimensionamento foi realizado de forma compatível com a estrutura inicial da unidade, podendo ser ajustado futuramente conforme a evolução da demanda e eventual ampliação dos serviços ofertados pelo Pronto Atendimento Veterinário.

Ademais, considerando que determinados itens possuem utilização comum entre o Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, a Saúde Ambiental e as Unidades de Pronto Atendimento do Município, procedeu-se à consolidação das demandas desses setores. Dessa forma, os quantitativos correspondentes foram somados, de modo a contemplar de forma integrada as necessidades das referidas unidades, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ITEM	MATERIAL	PA PET	SAÚDE AMBIENTAL	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	TOTAL
1	Aparelho para Anestesia Inalatória	1	0	0	1
2	Armadilha para capturar animais	2	1	0	3
3	Balança Veterinária	1	1	0	2
4	Canil de Aço Inox	8	4	0	12
5	Foco Cirúrgico Portátil Grande	4	2	0	6
6	Frigobar	4	2	2	8
7	Lavatório	2	0	0	2
8	Mesa Cirúrgica em inox	4	2	0	6
9	Mesa de Atendimento em Inox	4	2	0	6
10	Suporte para Soro	10	10	40	60

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A organização do objeto da contratação por itens individualizados apresenta-se como a solução mais adequada para a aquisição de equipamentos e materiais destinados à estruturação do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, atualmente em fase de implantação. O objeto envolve diversidade de equipamentos clínicos veterinários, mobiliários técnicos em aço inoxidável, equipamentos de apoio ao atendimento, bem como materiais auxiliares, cada qual com especificações técnicas próprias, diferentes padrões construtivos, níveis de complexidade tecnológica e segmentos específicos do mercado fornecedor.

Nesse contexto, a modelagem da contratação foi estruturada de forma a permitir a disputa por item, considerando a diversidade dos produtos a serem adquiridos, a ampla segmentação do mercado fornecedor e a inexistência de dependência técnica entre os equipamentos. Tal abordagem observa o princípio do parcelamento previsto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o objeto deve ser dividido quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar maior participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento ou material.

O levantamento de mercado demonstrou que os equipamentos e materiais pretendidos são amplamente ofertados no mercado nacional, existindo empresas especializadas na fabricação e comercialização de equipamentos hospitalares e veterinários, bem como distribuidores de mobiliário clínico e materiais auxiliares utilizados em unidades de saúde. Esse cenário evidencia a viabilidade de contratação mediante processo competitivo com disputa por item, permitindo que fornecedores participem dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Adicionalmente, verificou-se que parte dos itens possui características padronizadas e ampla oferta comercial, como dispensadores, suportes e equipamentos auxiliares, enquanto outros apresentam maior especificidade técnica, como equipamentos cirúrgicos veterinários, mesas de atendimento em aço inoxidável e aparelhos de anestesia inalatória. Diante dessa diversidade, a realização da licitação por item permite que cada fornecedor apresente proposta para os produtos que compõem sua linha de fornecimento, sem a





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

necessidade de atender simultaneamente a todos os itens do objeto, o que amplia a competitividade e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que o levantamento de mercado evidencia a existência de oferta suficiente de fornecedores aptos a atender às especificações pretendidas pela Administração, sendo a realização do certame com julgamento por item a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, contribuindo para ampliar a competitividade, garantir maior eficiência na contratação e assegurar melhores condições para a implantação e funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para fins de estimativa preliminar do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços de caráter sucinto, cuja finalidade é exclusivamente subsidiar a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, permitindo a identificação de um valor estimado inicial para a futura licitação. Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter meramente indicativo, não se confundindo com a pesquisa de preços definitiva que instruirá o processo licitatório.

A pesquisa de preços aprofundada, destinada à definição do valor estimado da contratação a constar no edital, deverá ser realizada pela Divisão de Gerenciamento de Compras e Licitações, observando-se os procedimentos e critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como as normas e orientações aplicáveis à formação de preços no âmbito da Administração Pública.

ITEM	MATERIAL	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Aparelho para Anestesia Inalatória	1	R\$ 5.224,43	R\$ 5.224,43
2	Armadilha para capturar animais	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
3	Balança veterinária	2	R\$ 3.125,50	R\$ 6.251,00
4	Canil de Aço Inox	12	R\$ 4.179,05	R\$ 50.148,60
5	Foco cirúrgico Portátil Grande	6	R\$ 8.488,25	R\$ 50.929,50
6	Frigobar	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
7	Lavatório	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
8	Mesa cirúrgica em inox	6	R\$ 1.756,27	R\$ 10.537,62
9	Mesa de Atendimento em Inox	6	R\$ 1.797,41	R\$ 10.784,46
10	Suporte para Soro	60	R\$ 426,25	R\$ 25.575,00
TOTAL				R\$ 174.300,60

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste no registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais destinados à estruturação e funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, unidade atualmente em fase de implantação no Município. A contratação abrangerá mobiliários clínicos veterinários, equipamentos de apoio ao atendimento, equipamentos cirúrgicos, bem como materiais auxiliares necessários ao adequado funcionamento do serviço, conforme descritivos a seguir:

ITEM 1 - Aparelho de anestesia inalatória portátil e cilindro de oxigênio com válvula uso veterinário. composto por 1 vaporizador universal 100 ml na cor âmbar, 1 filtro de cal sodada com suporte para adaptação ao móvel de anestesia com capacidade para 1000 g, sistema de cal sodada iniciado pela base inferior com suporte para balão, 1 válvula pop-off(expiratória), 1 válvula inspiratória, 1 fluxômetro com escala 0-7 l/min, 1 balão de oxigênio em silicone autoclavável de 2 litros, 1 extensão de oxigênio de 3 metros, entrada para gases frescos, 1 tubo proximal com mangueira de silicone , 1 mangueira de pvc atóxica para aspiração de 6x10x1,5 metros, 2 traqueias de silicone autoclavável 12x1,2 metros, 1 ypsilon para circuito respiratório em polisulfona com entrada para tubo proximal , 2 conector reto 15m x bico de





7,5 mm, 2 conector reto 15 m x bico de 13 mm, 1 conector reto 15m x bico de 13mm para mangueira de pc

ITEM 2 - Armadilha Automática para capturar animais, produzida com tela eletrossoldada peça única. Piso com disparador automático, por ta frontal com travamento, porta traseira para retirada do animal, alças para transporte. Captura o animal vivo sem machucar. Medidas aproximadas: 77 centímetros de comprimento, 36 centímetros de altura e 32 centímetros de largura

ITEM 3 - BALANÇA DIGITAL VETERINÁRIO SEM COLUNA 200KG - 60X80 - BASE INOX O prato onde o animal pisa, é fabricado em Inox 304, não enferruja, e, removível para facilitar a limpeza, a plataforma da balança é reforçada em aço carbono, possui pés niveladores (ajustável caso tenha desnível do piso), versátil (rápida e precisa). Produto Bivolt, pesa até 200 kg e divisão de 50 em 50 gramas, com visor integrado ou remoto. Garantia mínima de 12 meses.

ITEM 4 - Canil de Aço Inox Completo para 6 animais, com 3 módulos, sendo dois pequenos (duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 60 cm de altura, um módulo grande (com duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 80cm de altura. Acompanha bandejas de aço inox, divisórias, rodagem e telas removíveis

ITEM 5 - Foco cirúrgico de solo móvel entre 20.000 e 50.000 lux: foco cirúrgico; móvel; montado em bulbo ativo único, entre 20.000 e 50.000 lux, base fabricada em alumínio, com rodízios e sistema de freio que mantém a cúpula na posição estabelecida; com 1 cúpula, temperatura de cor entre 3500 e 5600 k; lâmpadas de LED, com controle de intensidade luminosa, com acionamento automático do bulbo reserva na queima do principal; com filtro de radiação térmica; com movimentos da cúpula; sistema de focalização quando aplicável, manopla autoclavável; acompanhado de sistema de emergência, bateria com carregador automático, 6 bulbos reserva e 4 manoplas; alimentação: 127/220v, 60hz, bateria com autonomia de 15 minutos; inclui: manuais, garantia de 12 meses. Demais acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas.

ITEM 6 - Frigobar - refrigerador do tipo frigobar com capacidade de 120 litros, uma porta, na cor branca, gaveta multiuso e gaveta gelo. Voltagem 110 ou 220 volts.

ITEM 7 - LAVATÓRIO EM INOX (PIA MÃOS) ASSEPSIA ACIONAMENTO PEDAL AÇO INOX (KIT COMPLETO) - LAVATÓRIO DE MÃOS CIRÚRGICO FABRICADO EM AÇO INOX COM ACIONAMENTO VIA PEDAL, inclui um kit completo, pronto para instalação! O que inclui no Kit: - Um Lavatório de mãos em Aço Inox 201 (Altura: 83CM | Largura: 50CM | Profundidade: 50CM) - Uma torneira fabricada em Aço Inox 304 com arejador - Um acionador mecânico via Pedal mecânico que não precisa de energia elétrica - Uma válvula americana 3.1/2 - Um sifão corrugado em plástico - Mangueiras Flexíveis de entrada e saída de água - Buchas e parafusos para fixação no piso

ITEM 8 - Mesa cirúrgica veterinário inox Mesa cirúrgica com altura regulável fabricada totalmente em aço inox com tampo e chapa em aço inox reforçada de 1mm. Vincos e furo para escoamento de líquidos acabamento interno sem deformação da chapa. Com manipulas lateral para inclinar e regular a altura. Pés em tubo quadrado de aço inox. Acompanha suporte de soro em aço inox e balde de alumínio. Medidas: 80 x 116 x 70 cm (alt x comp x lar).

ITEM 9 - MESA ATENDIMENTO VETERINARIO, AÇO INOXIDAVEL, CHAPA INOX 200, ESP.0, 8MM - Mesa de Atendimento Veterinário; Inteiramente Em Aço Inoxidável de Alta Qualidade, chapa de Inox 200, espessura 0,8mm; Pes Fixos (sem Regulagem de Altura), com Estrutura tubular Em Inox, Sapatas Niveladoras Em Nylon; Apresenta Vincos de Escoamento Direcionados para o Ralo; Dimensões 1170x650x900mm; (cxlxa); Acompanha Balde de Alumínio, Suporte para Soro, Suporte para o Pet; Dobra Cnc, Corte a Laser e Solda Tig Em Argônio;

ITEM 10 - Suporte de Soro; Sobre Rodízios de 2"; Em Estrutura Tubular Em Aço Inox AISI 304 de 1" e 1,20 Mm de Espessura. base Revestida Em Mat.termplast.; Dimensões: Altura Regulável de 150/240 Cm (altura Min/max). Anel de Regulagem Da Altura; Com 4 Ganchos de Aço Inox AISI 304 Trefilado de 1/4" Na Extremidade Superior. Garantia 5 Anos;

Conforme já exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, o objeto será estruturado com julgamento por item, considerando a diversidade de equipamentos e materiais a serem adquiridos, bem como a inexistência de dependência técnica entre eles. Tal modelagem possibilita maior competitividade no certame, permitindo





a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado, além de favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando que parte dos itens poderá demandar aquisições futuras, reposições ou complementações conforme a evolução das atividades do serviço veterinário, a ampliação da capacidade de atendimento ou a necessidade de substituição de equipamentos e materiais ao longo do tempo. O Registro de Preços permite maior flexibilidade administrativa, possibilitando que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para maior eficiência administrativa, uma vez que permite a padronização dos equipamentos utilizados no serviço, facilita o planejamento das aquisições e reduz a necessidade de realização de novos processos licitatórios para itens já previstos no registro.

A modalidade Pregão, na forma eletrônica, será adotada em razão da natureza comum dos bens a serem adquiridos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme dispõe a legislação vigente. O certame observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os decretos e normativos municipais aplicáveis às contratações públicas, garantindo transparência, ampla competitividade, economicidade e eficiência na condução do processo licitatório.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para viabilizar a implantação e estruturação do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET, assegurando que a unidade disponha dos equipamentos e materiais necessários para o início e continuidade de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento das ações municipais de saúde pública, bem-estar animal e controle de zoonoses.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Para atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente ao art. 40, inciso V, alínea “b”, segundo o qual o planejamento das contratações deve observar o princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, estabelece-se que o fornecimento dos equipamentos e materiais destinados ao Pronto Atendimento Veterinário – PA PET ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

A previsão de fornecimento parcelado mostra-se medida técnica e administrativamente adequada, considerando a diversidade de equipamentos e materiais que compõem o objeto da contratação, bem como o processo de implantação e estruturação do PA PET, atualmente em fase de organização de sua estrutura física e operacional. Os itens a serem adquiridos abrangem mobiliários clínicos veterinários, equipamentos de apoio ao atendimento, equipamentos cirúrgicos e materiais auxiliares, cujo fornecimento poderá ocorrer de forma gradativa conforme a evolução das necessidades do serviço.

Nesse contexto, a contratação com fornecimento parcelado permite maior flexibilidade na gestão administrativa e logística, possibilitando que as aquisições sejam realizadas de acordo com a necessidade real de instalação, reposição ou ampliação dos equipamentos e materiais utilizados na unidade. A aquisição integral e imediata de todos os quantitativos estimados poderia gerar dificuldades relacionadas ao armazenamento, à organização dos espaços físicos ainda em processo de estruturação e à imobilização desnecessária de recursos públicos.

Por outro lado, o fornecimento conforme a demanda possibilita melhor planejamento das aquisições, favorece o adequado controle patrimonial dos equipamentos, facilita a organização logística das entregas e assegura que os itens sejam disponibilizados de forma compatível com a evolução das atividades do serviço veterinário.

Além disso, considerando tratar-se de unidade pública destinada ao atendimento veterinário, a dinâmica de funcionamento do serviço poderá demandar ajustes decorrentes da ampliação do número de atendimentos, da organização de novos fluxos assistenciais ou da necessidade de substituição ou complementação de equipamentos ao longo do tempo. O fornecimento parcelado permite resposta mais eficiente a essas variações operacionais, garantindo maior eficiência na implantação e no funcionamento da unidade.





A infraestrutura física prevista no projeto contempla as condições necessárias para a instalação, organização e utilização dos equipamentos e mobiliários clínicos veterinários a serem adquiridos, bem como espaços adequados para o acondicionamento de materiais auxiliares utilizados nas rotinas do serviço. Dessa forma, os equipamentos poderão ser instalados e utilizados de forma compatível com as atividades a serem desenvolvidas na unidade.

No que se refere à logística administrativa, o recebimento, conferência, registro patrimonial e distribuição dos equipamentos e materiais serão realizados pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, conforme os procedimentos já adotados pela Administração para aquisição e gestão de bens permanentes e materiais de consumo. O Município dispõe de rotinas administrativas consolidadas para controle patrimonial, gestão de almoxarifado e acompanhamento das aquisições públicas, permitindo adequada rastreabilidade dos bens adquiridos.

Não se vislumbram impactos operacionais relevantes na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde decorrentes da presente contratação, uma vez que os procedimentos relacionados à aquisição, recebimento, registro e gestão de equipamentos integram as atribuições permanentes dos setores responsáveis. Assim, a contratação pretendida insere-se no fluxo administrativo já existente, não demandando criação de novas estruturas administrativas ou investimentos adicionais além daqueles inerentes à implantação da própria unidade.

Dessa forma, conclui-se que a Administração possui condições operacionais e administrativas adequadas para receber, instalar e gerir os equipamentos e materiais a serem adquiridos, garantindo sua adequada utilização no funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação não depende de outras correlatas ou interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza dos itens que compõem o objeto da presente contratação, verifica-se que se tratam, em sua maioria, de equipamentos e materiais duráveis, tais como mobiliários clínicos, equipamentos veterinários e itens de apoio destinados ao funcionamento do Pronto Atendimento Veterinário – PA PET.

Dessa forma, não se vislumbram impactos ambientais significativos decorrentes da aquisição e utilização dos referidos bens, uma vez que tais equipamentos possuem vida útil prolongada, não se caracterizando como materiais de consumo frequente ou geradores diretos de resíduos ambientais relevantes.

Ressalta-se, contudo, que durante sua utilização deverão ser observadas as boas práticas de conservação e manutenção dos equipamentos, visando ampliar sua durabilidade e reduzir a necessidade de substituições precoces, contribuindo para o uso racional de recursos públicos e ambientais.

Adicionalmente, quando do eventual descarte ou substituição futura de equipamentos, deverão ser observadas as normas ambientais e sanitárias aplicáveis, especialmente no que se refere ao destino ambientalmente adequado de componentes metálicos, eletrônicos ou demais materiais que possam demandar tratamento específico.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não apresenta impactos ambientais relevantes, sendo os riscos ambientais mínimos e plenamente mitigáveis mediante a observância das boas práticas de gestão patrimonial e descarte ambientalmente adequado.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A viabilidade técnica, econômica e de sustentabilidade da presente contratação encontra-se integralmente demonstrada neste Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o Art. 18 da Lei 14.133/2021.

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL.

14 – ANÁLISE DE RISCO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

a) Identificação incorreta, imprecisa ou insuficiente da necessidade pública a ser atendida com a contratação.		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
IMPACTO	MUITO BAIXO	Aquisição de objeto ou contratação de serviço que não atende as necessidades da municipalidade ou não cumpre a finalidade em sua totalidade com o consequente desperdício de recursos públicos, risco de configurar como Improbidade Administrativa.
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Avaliação das necessidades do serviço ou setor da municipalidade por equipe técnica afeita a atividade desenvolvida		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL
Abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades para apurar necessidade de substituição da equipe técnica.		Secretário de Saúde

b) Descrição incorreta, imprecisa ou insuficiente do objeto da contratação.		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
IMPACTO	MUITO BAIXO	Aquisição de objeto ou contratação de serviço que atende parcialmente ou com baixa qualidade as necessidades da municipalidade, não cumprindo a finalidade em sua totalidade, risco de configurar como Improbidade Administrativa.
	BAIXO	
	MÉDIO	





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Planejamento da aquisição/contratação por equipe técnica afeita ao serviço/objeto considerando o histórico de quantidades e volumes adquiridas/contratadas adequadas às necessidades atuais.		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL
Abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades para apurar necessidade de substituição da equipe técnica.		Secretário de Saúde

c) Erros na elaboração do orçamento estimativo.		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
IMPACTO	MUITO BAIXO	Realizar a licitação sem que haja interessados em participar, devido às dificuldades de exequibilidade da proposta, como também, à estimativa de preço ser inferior ao preço praticado no mercado, causando licitação deserta ou fracassada. Contratar o serviço com preço superior ao praticado no mercado causando gastos desnecessários aos cofres públicos.
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Realizar cotação/estimativa de preço diretamente às empresas fornecedoras, além de pesquisa em plataformas de licitação públicas para obtenção de valores exequíveis, não se descartando o uso plataformas do e-commerce.		Divisão de Gerenciamento de Compras
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Revogar edital publicado para revisão dos preços encontrados, verificando se trata de objeto similar.	Secretário de Saúde / Divisão de Gerenciamento de Compras
---	---

d) Definição incorreta ou inadequada dos requisitos de habilitação técnica ou de habilitação econômico-financeira.		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRATICA/E CERTO	
		Impedimento da participação de empresas no processo licitatório diminuindo a concorrência nos lances com consequente contratação de valores de aquisição/contratação maiores.
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Definição correta dos requisitos de habilitação técnica ou econômico - financeiro de acordo com o objeto/serviço licitado, fazendo uso de check list.		Divisão de Gerenciamento de Compras
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS
Revogação do edital já publicado para readequação dos requisitos de habilitação técnica ou econômico - financeiro de acordo com o objeto/serviço licitado.		Secretário de Saúde / Divisão de Gerenciamento de Compras

e) estabelecimento de condições de participação que restrinjam de modo injustificado o universo de potenciais licitantes;		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
		Impedimento da participação de empresas no processo licitatório diminuindo a concorrência





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

	PRATICA/E CERTO	nos lances com a possibilidade de ocorrência de sobrepreço nas propostas apresentadas.
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Definição correta das condições de participação de acordo com o objeto/serviço licitado.		Divisão de Gerenciamento de Compras
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS
Revogação do edital já publicado para readequação das condições de participação de acordo com o objeto/serviço licitado.		Secretário de Saúde
		Divisão de Gerenciamento de Compras

f) decisões ou escolhas sem a devida e suficiente motivação;		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
		Defesa prejudicada frente aos órgãos controladores em caso de questionamentos quanto a necessidade real da aquisição do objeto ou contratação do serviço, configurando como Improbidade Administrativa.
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Instruir todos os processos licitatórios com a devida justificativa e/ou motivação para aquisição/contratação por equipe técnica habilitada/capacitada.		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Readequação das justificativas e/ou motivações para aquisição/contratação por equipe técnica habilitada/capacitada de todos os processos licitatórios prejudicados.	Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
---	--

g) definição incorreta, imprecisa ou insuficiente dos encargos contratuais;		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
		Execução do contrato prejudicada em função da não definição de encargos como frete, fornecimento de insumos, garantias, recursos humanos, tributos, etc.
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Instruir todos os processos licitatórios com os devidos encargos contratuais e/ou obrigações para a execução do objeto/contrato. Uso do check list.		Divisão de Gerenciamento de Compras
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS
Readequação das processos licitatórios com os devidos encargos contratuais e/ou obrigações para a execução do objeto/contrato.		Divisão de Gerenciamento de Compras
		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde

h) Defeitos no controle da execução contratual ou no recebimento definitivo do objeto		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

	PROVÁVEL	Execução de serviços de qualidade ou volume inferior a contratada ocasionando danos a assistência em saúde.
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Gestão e fiscalização dos contratos baseado em relatórios. Recebimento e liquidação de compras realizadas de acordo com o descritivo constante do objeto do contrato.		Divisão de Gestão de Materiais
		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS
Exigir a adequação das compras/serviços durante a liquidação até a regularização de acordo com o descritivo constante no objeto do contrato.		Divisão de Gestão de Materiais
		Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde

I) Atraso na conclusão da licitação		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRATICA/E CERTO	
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEIS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Na abertura do processo licitatório, solicitar antecipadamente a disponibilidade dos setores demandantes para pronta resposta, quanto aos recursos, impugnações e pedidos de esclarecimento, viabilidade técnica, entre outros.	Divisão de Gerenciamento de Compras
	Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
	Divisão de Gestão de Materiais
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEIS
Formação de equipe multidisciplinar de efetiva ação administrativa para agilidade nas respostas.	Divisão de Gerenciamento de Compras
	Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde
	Divisão de Gestão de Materiais

J) Falta de recursos financeiros da Unidade Gestora para cumprimento das obrigações contratuais.		
RISCO	RARO	DANO
	POUCO PROVÁVEL	
	PROVÁVEL	
	MUITO PROVÁVEL	
	PRÁTICA/E CERTO	
		A empresa não receber pelos serviços prestados ou pelo fornecimento de produtos, prejudicando a execução do contrato.
IMPACTO	MUITO BAIXO	
	BAIXO	
	MÉDIO	
	ALTO	
	MUITO ALTO	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Provisionar recursos suficientes para as obrigações contratuais durante o ano de vigência.		Divisão de Orçamentos e Controle de Custos SESAP
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEIS





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Providenciar complementação de recursos para cumprimento das obrigações contratuais.	Divisão de Orçamentos e Controle de Custos SESAP
--	---

Praia Grande, 27 de maio de 2026.

Me. Valmir Perez Junior

Secretário Adjunto
Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde





Anexo II – Declaração de Parentesco

(usar papel timbrado da empresa)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA** que:

Assinalar somente uma das seguintes opções abaixo, para cada item:

- 1) () **Sim**, possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- () **Não** possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 2) () **Sim**, possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- () **Não** possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Se **Sim** para qualquer das opções acima, identificar conforme abaixo:

Nome completo:.....

Cargo Ocupado:.....

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Será enviada eletronicamente



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

ANEXO III – PLANILHA PROPOSTA

Ampla concorrência, cota reservada para ME/EPP e exclusiva ME/EPP							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	Aparelho de anestesia inalatória Aparelho de anestesia inalatória portátil e cilindro de oxigênio com válvula uso veterinário. composto por 1, vaporizador universal 100 ml na cor âmbar, 1 filtro de cal sodada com suporte para adaptação ao móvel de anestesia com capacidade para 1000 g, sistema de cal sodada iniciado pela base inferior com suporte para balão, 1 válvula pop-off(expiratória), 1 válvula inspiratória, 1 fluxômetro com escala 0-7 l/min, 1 balão de oxigênio em silicone autoclavável de 2 litros, 1 extensão de oxigênio de 3 metros, entrada para gases frescos, 1 tubo proximal com mangueira de silicone , 1 mangueira de pvc atóxica para aspiração de 6x10x1,5 metros, 2 traqueias de silicone autoclavável 12x1,2 metros, 1 ypsilon para circuito respiratório em polisulfona com entrada para tubo proximal , 2 conector reto 15m x bico de 7,5 mm, 2 conector reto 15 m x bico de 13 mm, 1 conector reto 15m x bico de 13mm para mangueira de pc.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	616565	1	R\$	R\$
02	Armadilha para capturar animais Armadilha Automática para capturar animais, produzida com tela eletrossoldada peça única. Piso com disparador automático, porta frontal com travamento, porta traseira para retirada do animal, alças para transporte. Captura o animal vivo sem machucar. Medidas aproximadas: 77 centímetros de comprimento, 36 centímetro de altura e 32 centímetros de largura.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	401805	3	R\$	R\$



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

03	Balança digital veterinária sem coluna 200 kg – 60x80 – base inox O prato onde o animal pisa, é fabricado em Inox 304, não enferruja, e, removível para facilitar a limpeza, a plataforma da balança é reforçada em aço carbono, possui pés niveladores (ajustável caso tenha desnível do piso), versátil (rápida e precisa). Produto Bivolt, pesa até 200 kg, com coluna com divisão de 50 em 50 gramas. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	632257	2	R\$	R\$
04	Canil de aço inox completo Para 6 animais, com 3 módulos, sendo dois pequenos (duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 60 cm de altura, um módulo grande (com duas portas) de 120 cm de comprimento x 60 cm de largura x 80cm de altura. Acompanha bandejas de aço inox, divisórias, rodagem e telas removíveis.	Unidade	Ampla concorrência	483818	9	R\$	R\$
05			Cota reservada para ME/EPP		3		R\$
06	Foco cirúrgico de solo móvel entre 20.000 e 50.000 lux: foco cirúrgico; móvel; montado em bulbo ativo único, entre 20.000 e 50.000 lux, base fabricada em alumínio, com rodízios e sistema de freio que mantem a cúpula na posição estabelecida; com 1 cúpula, temperatura de cor entre 3500 e 5600 k; lâmpadas de LED, com controle de intensidade luminosa, com acionamento automático do bulbo reserva na queima do principal; com filtro de radiação térmica; com movimentos da cúpula; sistema de focalização quando aplicável, manopla autoclavável; acompanhado de sistema de emergência, bateria com carregador automático, 6 bulbos reserva e 4 manoplas; alimentação: 127/220v, 60hz, bateria com autonomia de 15 minutos; inclui: manuais, garantia de 12 meses. Demais acessórios	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	482048	6	R\$	R\$





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas.						
07	Frigobar Refrigerador do tipo frigobar com capacidade de 120 litros, uma porta, na cor branca, gaveta multiuso e gaveta gelo. voltagem 110 ou 220 volts.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	364197	8	R\$	R\$
08	Lavatório em inox (pia mãos) assepsia Acionamento pedal aço inox (kit completo) - lavatório de mãos cirúrgico fabricado em aço inox com acionamento via pedal, inclui um kit completo, pronto para instalação. O kit inclui um lavatório de mãos em aço inox 201 (altura: 83cm, largura: 50cm, profundidade: 50cm), uma torneira fabricada em aço inox 304 com arejador, um acionador mecânico via pedal mecânico que não precisa de energia elétrica, uma válvula americana 3.1/2, um sifão corrugado em plástico, mangueiras flexíveis de entrada e saída de água, buchas e parafusos para fixação no piso.	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	615698	2	R\$	R\$
09	Mesa cirúrgica veterinária inox Mesa cirúrgica com altura regulável fabricada totalmente em aço inox com tampo e chapa em aço inox reforçada de 1mm. Vincos e furo para escoamento de líquidos, acabamento interno sem deformação da chapa. Com manipulas lateral para inclinar e regular a altura. Pés em tubo quadrado de aço inox. Acompanha suporte de soro em aço inox e balde de alumínio. Medidas: 80 x 116 x 70 cm (altura x comprimento x largura).	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	356266	6	R\$	R\$
10	Mesa de atendimento veterinário Aço inoxidável, chapa inox 200, esp.0, 8mm, mesa de atendimento veterinário; inteiramente em aço inoxidável de alta qualidade, chapa de inox 200, espessura 0,8mm; pés fixos (sem regulagem de altura),com estrutura tubular em inox, sapatas	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	483817	6	R\$	R\$



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	niveladoras em nylon; apresenta vincos de escoamento direcionados para o ralo; dimensões 1170 x 650 x 900mm; (C x L x A); acompanha balde de alumínio, suporte para soro, suporte para o pet; dobra CNC, corte a laser e solda TIG em argônio.						
11	Suporte para soro Sobre rodízios de 2"; em estrutura tubular em aço inox AISI 304 de 1" e 1,20 mm de espessura. Base revestida em material termoplástico; dimensões: altura regulável de 150/240 cm (altura min/máx.). Anel de regulação da altura; com 4 ganchos de aço inox AISI 304 trefilado de 1/4" na extremidade superior. garantia 5 anos;	Unidade	Exclusivo para ME/EPP	415940	60	R\$	R\$
Valor total						R\$	



Anexo IV – Minuta do termo de ata de registro de preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XXX/XXX**, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A **XXX (NOME DA EMPRESA)**.

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **(secretários(as) requisitantes)**, neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 086/2026, publicada no de/...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **8.703/2026-D** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos, mobiliários clínicos e materiais de apoio para o pronto atendimento pet, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 086/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item 01: ...

Item 02:

Item ...

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Saúde Pública.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

- 5.1.3.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar **1 (um)** exercício financeiro.
- 5.1.4.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item **5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- 5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5.** O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.6.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 8**.
- 5.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **8.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.





7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **8.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **8.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em XXX (XXX) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político-administrativa.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº 8703/2026-D.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Anexo

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor 01:

Fornecedor 02:

.....

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor 01:

Fornecedor 02:

.....



Verificação de assinatura

Código de verificação:

DMEUKWZG L4IGX75Z ESLNA4S7 KQNAMXIA



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por JOSE ISAIAS COSTA LIMA, CPF: 318.588.378-04, em: 10/06/2026 15:37:14

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QR Code ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código DMEUKWZG L4IGX75Z ESLNA4S7 KQNAMXIA.
Assinado por: JOSE ISAIAS COSTA LIMA.

